



**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR
EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS
57ª LEGISLATURA**

Art. 1º. A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS é uma entidade associativa sem fins lucrativos, de natureza política não ideológica e suprapartidária, com o objetivo de receber, debater e apoiar todas as demandas em defesa das cirurgias eletivas.

Parágrafo Único. A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS tem sede e foro no Distrito Federal, com atuação em todo o território nacional e instituída por tempo indeterminado de duração.

Art. 2º. São finalidades da FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS:

I – Receber, acompanhar, debater, encaminhar e apoiar demandas relacionadas às cirurgias eletivas em todo País;

II – Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos relacionados aos objetivos da Frente Parlamentar;

III – Procurar de modo ininterrupto aperfeiçoar a legislação relacionada às cirurgias eletivas, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas instaladas na Câmara dos Deputados e seus plenários.

Art. 3º. Integram a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS os Deputados Federais integrantes da 57ª Legislatura que subscreveram o termo de adesão.

Art. 4º. São órgãos de direção da FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS:

I – A Assembleia Geral, integrada pelos membros, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

II – A Mesa Diretora, integrada por Presidente, Vice-Presidentes Secretários e Coordenadores;

Parágrafo único. A Mesa Diretora será escolhida quando da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

realização de Assembleia Geral e/ou evento oficial de lançamento, ou de indicação da Presidência, devidamente ratificado pela Assembleia.

Art. 5º. Compete à Assembleia Geral:

a) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS;

b) eleger e dar posse à Mesa Diretora;

c) zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;

d) nomear ou retirar membros;

e) apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 6º. Compete à Mesa Diretora:

a) organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente;

b) atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas;

c) manter contato com a Mesa Diretora e com as Lideranças Partidárias da Câmara Federal, visando o acompanhamento de todo processo que se referir às políticas e às ações pertinentes em defesa das cirurgias eletivas;

d) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

e) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Secretário Geral poderá ser escolhido dentre os deputados ou servidores da Câmara dos Deputados efetivos ou de livre nomeação.

Art. 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente e, reunir-se-á em primeira convocação no horário e local previamente marcado, com presença de seus membros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. As reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral serão convocadas pelos meios de comunicação social da Câmara dos Deputados e por comunicação formal elaborada pela Mesa Diretora.

Art. 8º. A Mesa Diretora será eleita por ocasião da realização da primeira Assembleia Geral que aprovará a instalação da Frente.

Parágrafo único. Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração do mesmo período da legislatura.

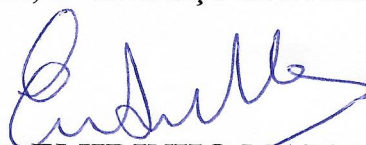
Art. 9º. As reuniões da Assembleia Geral serão iniciadas com qualquer quórum, sendo suas deliberações aprovadas por maioria relativa, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 10. A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS poderá conceder títulos honoríficos e monção de louvor a parlamentares, autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem na atividade.

Art. 11. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela mesa diretora.

Art. 12. O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado na reunião de fundação e instalação da FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CIRURGIAS ELETIVAS nesta legislatura.

Brasília, 1º de março de 2023.


Deputado EMIDINHO MADEIRA
PL/MG